



## Trocas políticas entre “amigos” e prestígio de Paulo de Frontin na Primeira República (1896-1911)

FELIPE MARTINS DOS SANTOS\*

*[...] Meu muito querido chefe e protector, li hoje, nos jornaes, que meu bom chefe vae sêr nomeado Director mais uma vêz de uma casa onde meu chefe é muito querido e sempre esperado [...] Venho pedir licença para abraçar meu chefe e beijar-lhes as mãos [...]*

*Pedia licença para lembrar a meu chefe que tem sido meu pae, mas pae amigo, se meu chefe tiver na Central um lugar para mim, junto a meu chefe cujo lugar seja de nomeação, para devagar ir garantindo meu futuro e da minha família (RAMOS, 1910)*

O trecho citado é da carta enviada pelo mestre de obras Antônio Joaquim Ramos ao engenheiro Paulo de Frontin, quando este se tornou diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1910. Este é o vestígio de uma forma de articulação política de parcelas da população com agentes públicos, por meio de vínculos privados e afetivos. Nelas, o interesse material pelo recurso público demandado, através de um ritual de generosidade aparentemente desinteressado, revelava-se como trocas políticas que operavam em uma dinâmica de dádivas (MAUSS, 1974 [1924]).

Esta apresentação tem, justamente, por objetivo discutir as articulações políticas desta natureza, que envolveram a distribuição de recursos públicos por meio de redes de favores pessoais na primeira República brasileira. E, assim, problematizar os vínculos de reciprocidade na formação de clientelas políticas em ambientes urbanos, como o da Capital Federal na virada para o século XX.

Para isto, utilizamos traços da trajetória de um personagem do período: Paulo de Frontin (1860-1933). Especificamente, como recorte cronológico, os momentos em que

---

\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Foi orientado pela Profa. Dra. Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ) e teve sua pesquisa financiada pela CAPES, entre 2015 e 2017.



conseguiu sua inserção nos quadros do Estado por meio da atuação técnica de engenheiro. Foram eles, quando foi diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (1896-1897), Chefe da Comissão Construtora da Avenida Central (1903-1904)<sup>2</sup> e o seu retorno à Estrada de Ferro Central do Brasil (1910-1911)<sup>3</sup>.

Este personagem construiu grande parte de sua biografia na cidade do Rio de Janeiro, durante as últimas décadas do século XIX e ao longo do primeiro regime republicano. Frontin teve intensa atividade como engenheiro, professor, empresário e, nestas funções, acumulou o prestígio e uma rede de aliados que lhe permitiram tornar-se uma das lideranças mais sufragadas da política carioca.

Nascido na Raiz da Serra de Petrópolis (província do Rio de Janeiro), em 1860, Paulo de Frontin era oriundo de família de poucos recursos. Começou o estudo superior, em 1874, na Escola Politécnica, onde formou-se em engenharia civil e geográfica, em 1879. No ano seguinte obteve mais dois títulos pela mesma instituição: o de engenheiro de minas e o de bacharel em ciências físicas e matemáticas. Ganhou a repercussão de “grande realizador” por meio do episódio conhecido como “Água em Seis Dias”, em 1889. A partir deste momento, o engenheiro popularizou-se na cidade, ajudado pela grande imprensa da época, com a narrativa de Paulo de Frontin como um prodígio dos bancos do curso de engenharia da Escola Politécnica e realizador de grandes empreendimentos (ATHAYDE,1961).

Com o perfil político negociador, Paulo de Frontin elegeu-se presidente do Clube de Engenharia, em 1903, cargo que ocuparia por três décadas, recebendo da instituição o título de presidente perpétuo. Este foi um ponto fundamental da sua trajetória, porque a cadeira da presidência contribuiu para legitimar sua atuação política futura e direcionar sua ascendência de poder para fora do grupo de engenheiros. A partir de então, este personagem colocava-se como autorizado a falar e atuar como representante dos membros do Clube de Engenharia.

---

<sup>2</sup> Adotamos como recorte cronológico, por conta do excessivo recebimento de correspondências, o momento em que Frontin foi nomeado, em 1903 até a inauguração do seu eixo principal, em 1904. A Avenida só teria suas obras completamente finalizadas em 1906.

<sup>3</sup> Pelos mesmos motivos das cartas recebidas durante a construção da Avenida Central, adotamos como critério de seleção o primeiro ano da direção da Estrada de Ferro Central do Brasil, que ocorreu entre 1910 e 1914.



Durante todo o período em que foi presidente da instituição, este personagem manteve como os membros do Clube de Engenharia uma relação de reciprocidade de “dupla troca” (CURY, 2000: 165-166). Nesta relação, ambos auferiam ganhos, na qual os membros organizados garantiam a Paulo de Frontin a legitimidade necessária para suas articulações políticas, sobretudo, dentro da estrutura do Estado; já os seus pares percebiam que a alta capacidade de articulação e inserção do engenheiro junto ao poder público lhes renderia proveitos, como empregos e campos de investimentos.

Desta forma, o nosso recorte cronológico foi orientado pelos momentos em que este personagem ocupou cargos públicos com perfil técnico, em áreas estratégicas da engenharia, como a ferroviária e de melhoramentos urbanos. Através deles, abordamos as demandas enviadas, sobretudo, por parcelas da população carioca como vestígios de sua rede de clientela, tecidas por meio de relações desiguais, afetivas e baseadas em fluxos de trocas de bens públicos (GRAZIANO, 1983: 4-5).

Estes pleitos assumiram uma linguagem própria, repleta de cerimoniais e que guardavam similaridades com rituais de trocas de dádivas. Na medida em que, além de informar sobre uma realidade pessoal destes missivistas, elas foram também vestígios da própria ação política construídas por estes autores. Como evidencia o trecho do pedido de Antônio Ramos, a linguagem em si não era indiferente e, em sua dimensão performativa (AUSTIN, 1990) cumpria uma função constituinte da realidade política. E, em sua dimensão performativa, revela as estratégias discursivas destes atores políticos no sentido da eficácia de seus próprios atos.

Estes momentos tornam-se, portanto, privilegiados para aplicação do problema central desta pesquisa: a compreensão da expansão de uma clientela política em um espaço urbano complexo como a Capital Federal na transição para o século XX. Trata-se de compreender a relação da obtenção de recursos públicos, em forma de benefícios ou dádivas, na construção de compromissos políticos. Pois, estes momentos da trajetória de Paulo de Frontin, facilitaram a construção de sua própria rede de clientes que facilitou sua inserção no espaço político formal da cidade.

Esta inserção foi oficializada, em 1912, com a sua filiação ao Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF). Em 1917, elegeu-se para a cadeira do Senado com representação pela cidade do Rio de Janeiro, mandato que não completaria por aceitar o convite feito,



em 1919, pelo presidente Delfim Moreira para chefiar prefeitura do Rio de Janeiro. Após breve passagem pelo Executivo Municipal, elegeu-se novamente para o Legislativo Federal, só que desta vez para a cadeira de deputado federal. Voltaria ao Senado em 1921, de onde só sairia por conta do fechamento do Congresso em 1930. Além de seus exitosos resultados eleitorais, gozando de grande popularidade tanto no meio político, quanto entre a população, Paulo de Frontin foi uma importante liderança política no partido fundado por ele, a *Aliança Republicana* (AR). E mesmo com a dissidência em 1922, em que saiu do partido, continuou alcançando resultados eleitorais expressivos (PINTO, 2011: 62-63).

Durante estas fases em que ocupou cargos públicos, considerando os recortes de pesquisa que estabelecemos, há o registro de 317 correspondências em seu arquivo pessoal<sup>4</sup>. Por isto, o quadro abaixo apresenta desta documentação por assunto.

**Quadro 1: Assunto das correspondências recebidas por Paulo de Frontin (1896-1897, 1903-1904 e 1910-1911)**

Conteúdo	Quantitativo	(%)
Correspondências com demandas declaradas	234	73,82
Correspondências com convites, felicitações e agradecimentos	30	9,46
Correspondências sobre a EFCB e Av. Central sem demandas declaradas	22	6,95
Correspondências empresariais, pessoais e familiares	21	6,62
Sem informação	10	3,15

<sup>4</sup> Atualmente, esta documentação encontra-se no fundo do Arquivo Particular Paulo de Frontin, sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Doado, em julho de 1986, pela filha Maria da Glória Frontin Muniz Freire, o arquivo foi aberto à consulta em 2004, quando foram finalizados os processos de organização e catalogação. Por ter sido disponibilizado para pesquisadores há um tempo relativamente recente, o seu arquivo pessoal constitui um conjunto documental pouco explorado. Todo o acervo é composto de 3.974 documentos textuais e iconográficos, representativos de sua vida pessoal, familiar, como professor da Escola Politécnica e do Colégio Pedro II, como empresário da Empresa de Melhoramentos do Brasil, de associações que foi presidente (Derby Club e Clube de Engenharia) e de suas atividades políticas como deputado federal, senador e prefeito da Capital Federal.



Total	317	100
-------	-----	-----

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Como é possível observar no quadro acima, as demandas ocuparam a maior parte dos assuntos tratados pelos missivistas durante os três momentos. O resultado é preponderante e representa aproximadamente 3/4 de todas as correspondências, entre elas destacam-se os pedidos por emprego (198), por assuntos ligados aos trabalhadores da ferrovia ou da construção da Avenida Central (24), por indenização (5) e outros (7).

Os principais recursos administrados por Frontin foram os postos de trabalho. Em seu conjunto, os pedidos não eram especificados para determinada vaga de emprego, com algumas exceções para colocação. As demandas por emprego revelam os termos da reciprocidade que sustentavam a ação de pedir um recurso desta natureza. Está contida nelas a assimetria de relações entre agentes que controlavam recursos diferenciados e ocupavam posições sociais distintas. O argumento recorrente da solicitação por um lugar modesto, que não impactasse de maneira significativa os custos das obras e que se justificavam por necessidades, sobretudo financeiras enfrentadas pelo missivista e por sua família. Fica explícita a posição de inferioridade na qual estes atores colocavam-se, estrategicamente, no momento do pedido, como podemos ver na carta do desempregado Américo Correia:

*[...] sem emprego e recursos o que faz-me ir perante ao seu bom coração pedir-lhe arranjar me um lugar nas obras da Avenida pois, estou a 7 mezes sem emprego e lutando com dificuldades e pagando ao meu irmão Moreira, que esta dando-me uma mezada mensal para sustento da minha familia o que faz-me perder dias de vida pois esta generozidade delle por saber as minhas circunstancias obriga-me a sujeitar-me a qualquer lugar pois o Dr. sabe que eu atiro-me a qualquer serviço e não tenho medo de trabalhar [...] (CORREIA, 1904)*

Na justificativa do missivista para pedir o emprego está claramente a distinção em que faz de si e em relação a Paulo de Frontin, evidenciando uma relação assimétrica que pautada justamente por vínculos afetivos, como a “bondade” e a “generosidade” do engenheiro em socorrer as dificuldades financeiras de Américo Correia. Performance semelhante foi feita por outros missivistas, dias depois, que se desculpava por não



conhecer Frontin, mas tinha conhecimento da influência do engenheiro e de sua prática de socorrer protegidos:

*[...]Por isso, tomei a resolução de apelar para V. Ex.<sup>a</sup>, que a tantos tem protegido, e peço-lhe, com toda a confiança, com todo o entusiasmo que me dita a minha desgraça, que me dê uma colocação em qualquer dos ramos de serviços dependentes de V. Ex.<sup>cia</sup>, ou então, que com a justa e merecida influencia de que V.Ex.<sup>cia</sup> goza, me obtenha um emprego, onde pôssa encontrar os meios que tanto necessito para viver (...) Acredite Sr. Dr, que só a maior miséria, a maior necessidade, poderia me obrigar a, sem ter honra de conhecer a V. Exia, tomar tamanha liberdade e fico confiante que mereci atenção de V. Excia [...] (OLIVEIRA, 1904)*

Os pedidos de emprego, no entanto, não eram feitos somente em termos assimétricos, típicos das relações “patrono-cliente”. Houve demandas de agentes que se posicionavam como amigos próximos e iguais. Uma indicação desta situação foi o pedido feito pelo Visconde de Ouro Preto, que se colocava como “amigo”, em sua apresentação de Euclides da Cunha. Seu pedido foi justificado na seguinte frase: “*Apresento-lhe o Snr. Dr. Euclides da Cunha, um antigo discípulo, ex-militar e atualmente engenheiro distinto e homem de letras de inegável merecimento*” (OURO PRETO, 1904). Neste caso, o fato de Ouro Preto classificar-se simplesmente como “amigo” indicava um grau de proximidade social e de prestígio; além disso, a apresentação de Euclides foi feita como um “Dr.”, uma indicação da mesma proximidade por parte de seu indicado.

## **Quadro 2: Origem das correspondências recebidas por Paulo de Frontin**

**(1896-1897, 1903-1904, 1910-1911)**

<b>Estado/Distrito</b>	<b>Quantitativo</b>	<b>(%)</b>
Capital Federal	205	64,66
Rio de Janeiro	27	8,52
Minas Gerais	19	6
São Paulo	13	4,1
Espírito Santo	2	0,65
Bahia	1	0,31
Paraná	1	0,31



Internacional	13	4,1
Sem informação	36	11,35
Total	317	100

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

A Capital Federal foi o centro do raio de relações de Paulo de Frontin, que se estendeu, principalmente, até os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Isto fica evidente ao considerarmos as correspondências provenientes da Capital Federal (64,66%), seguidas pelo Estado do Rio de Janeiro (8,52%) e aquelas que não tiveram local declarado (12,8%) – representativos de 91,2% de todas correspondências. Esta concentração é explicada, em grande medida, pelos recursos de uma obra circunscrita ao espaço da cidade (Avenida Central) e por ser a Capital Federal o centro de direção da EFCB e estar concentrado na cidade com os representantes dos demais estados da cidade – o que facilitaria a concentração

Por tratarem-se de bens públicos federais, estes dados levantam a questão da concentração dos missivistas em uma região urbana, maior cidade do país e sede da Capital da República, o que expõe a complexidade da relação entre o poder central e o local. Na Capital, concentravam-se políticos com bases eleitorais de regiões distintas do Brasil, que também compunham a rede de relações da política carioca.

Além disto, abordar a cidade do Rio de Janeiro deste período pressupõe lidar com um universo social heterogêneo e complexo. Este fenômeno da metrópole, como assinalou George Simmel, significa a diversificação dos círculos sociais e aumenta a mobilidade dos grupos de pertencimento. A vida na metrópole como a Capital permitia a criação de vínculos sociais mais amplos e diferenciados; ao mesmo tempo em que se afrouxam os laços dos indivíduos que lhes são mais próximos (SIMMEL, 1987). Esta configuração da cidade fica evidenciada ao considerarmos o perfil de ocupação destes missivistas, conforme o quadro abaixo.

### **Quadro 3: Ocupação dos missivistas de Paulo de Frontin**



(1896-1897, 1903-1904, 1910-1911)

Ocupação	Quantitativo	(%)
Político	55	20,14
Engenheiro	55	20,14
Militar	26	9,52
Comerciante	14	5,12
Advogado	11	4,02
Funcionário Público	11	4,02
Desempregado	9	3,3
Trabalhadores assalariados mais pobres	7	2,94
Trabalhadores da EFCB	6	2,2
Juiz	6	2,2
Professor	6	2,2
Empresário	4	1,46
Médico	4	1,46
Produtor Agrícola	2	0,74
Representante de Instituição Filantrópica	2	0,74
Eclesiástico	2	0,74
Delegado de Polícia	1	0,37
Policial	1	0,37
Estudante	1	0,37
Escritor	1	0,37
Familiar	1	0,37
Sem informação	48	17,58
Total	273	100,0

Fonte: Correspondências passivas do Arquivo Privado Paulo de Frontin – IHGB.

Observações: a). As informações foram coletadas com base na ocupação que os próprios missivistas fizeram de si. Para os que não declararam, foram utilizados como fonte primária a imprensa, principalmente o *Almanak Laemmert* e, como fonte secundária, o Dicionário Histórico-Biográfico da Fundação Getúlio Vargas.

b) O quantitativo de missivistas (273) foi menor que o total de correspondências (317) porque houve missivistas que escreveram mais de uma correspondência.

Como podemos observar, a atividade epistolar de Paulo de Frontin englobava grupos sociais heterogêneos entre si, como profissionais liberais, políticos profissionais,



militares, demais agentes públicos, eclesiásticos e, em menor medida, parcelas mais pobres da população. Estas atividades atravessavam diferentes estratos da sociedade, desde as elites políticas até segmentos pobres. Embora os dados da documentação indiquem para a diversidade do ponto de vista da ocupação, houve maior recorrência dos missivistas engenheiros (20,14%), políticos (20,14%) e militares (9,52%). Algumas razões contribuem para explicar a tendência de maior atividade epistolar com estes três perfis de missivistas.

O acentuado número de cartas de engenheiros deve-se, em grande medida, por este ser um campo de trabalho diretamente relacionado com a atuação destes profissionais. Além disso, o destinatário era o presidente do Clube de Engenharia. Paulo de Frontin e a instituição estabeleceram uma relação de “dupla troca”, na qual o seu presidente esforçou-se em obter o reconhecimento dos membros do Clube, que lhes garantiam o posto de interlocutor dos engenheiros; e seus membros reconheceram que a inserção de seu líder junto à esfera do poder público lhes asseguraria os postos de trabalhos e empreendimentos como, neste caso concreto, foi a construção da Avenida Central.

A presença preponderante de missivistas políticos apresenta, de maneira mais evidente, a face da política formal e a possibilidade de atendimento às bases políticas destas correspondências. Elas são o vestígio do encontro de Paulo de Frontin com os políticos profissionais em torno de interesses relativos à construção. Este dado aponta, por um lado, para o fenômeno clássico do clientelismo político na Primeira República (CARVALHO, 1997), que envolveu a distribuição de recursos públicos, de maneira particularista com forte apelo afetivo, realizada por agentes que controlavam recursos públicos desiguais. Por outro lado, os pedidos apresentam-se como convites a alianças políticas feitos ao diretor das obras. Isto contribui para romper com a noção do senso comum sobre quadros essencialmente técnicos do Estado dissociados dos conflitos de interesses da política formal.

Embora a relação dos militares com Paulo de Frontin fosse menos preponderante como a dos anteriores, a carreira militar esteve, historicamente, ligada à carreira de engenheiros. A geração de Frontin foi a primeira de engenheiros formados em escola civil – A Escola Politécnica. Até 1860, grande parte dos engenheiros eram militares, formados



na Escola Central, mantida pelo Ministério da Guerra. Este é um indício de como as relações entre personagens pertencentes a estes dois setores da sociedade esteve próxima.

Os restantes 50,2% pulverizavam-se nos demais grupos de ocupação, desempregados e “sem informação”. Entre elas estiveram profissões distintas entre si, como profissionais liberais, magistrados, eclesiásticos, produtores e demais trabalhadores. Estes dados permitem afirmar que a diversidade de perfil destes missivistas indica para o contato de Frontin com agentes pertencentes a domínios sociais diversificados, ainda que de setores mais abastados da sociedade carioca.

Desta forma, relacionando a heterogeneidade dos missivistas ao expressivo número de demandas (77,6%), é possível considerar que estas cartas demonstram uma mediação política esperada por Paulo de Frontin como Diretor da Comissão Construtora da Avenida Central. Uma forma de mediação, contudo, peculiar de sociedades urbanas complexas, com *potencial de metamorfose* (KUSCHNIR e VELHO, 1996: 81-89). Na multiplicidade dos contextos sociais da Capital, que se traduzia na existência de diversos domínios e províncias de significados que não eram, necessariamente, contínuos, havia a possibilidade de vínculos diferenciados que permitiam acesso aos recursos públicos.

Esta pluralidade de missivistas permitiu a Frontin o contato com diferentes grupos sociais, sendo solicitado a exercer um papel de mediador entre eles e os recursos públicos. Portanto, neste ponto do trabalho é possível considerar que estamos tratando de uma rede de relações complexa, em torno de um agente público, constituída, majoritariamente, por engenheiros, políticos, militares e uma gama mais diversificada de agentes sociais. Neste conjunto heterogêneo, predominavam personagens de setores letrados, mas não excluem a presença da população mais pobre da cidade, sobretudo, considerando o quantitativo de trabalhadores desempregados e aqueles que não foi possível obter informação.

Estes agentes de camadas mais abastadas da sociedade, que procuravam estabelecer relações em bases mais simétricas com Paulo de Frontin atuavam, em grande medida, como intermediários no encaminhamento de demandas. Nestes termos, eram interlocutores de camadas mais pobres da sociedade com os recursos do Estado.

A prática de indicação de nomes para obtenção de benefícios públicos por meio de empenhos pessoais é conhecida como “apadrinhamento”, “pistolão”, “proteção”,



“recomendação”, “intermediação”, etc. Estes termos possuem um acento pejorativo por serem associados à elementos deformadores do sistema político brasileiro, tanto no meio político, como na literatura, desde o final do Império e início da República (CARVALHO, 2000).

Na perspectiva dos missivistas de Paulo de Frontin, no entanto, não esteve presente a visão das suas próprias práticas como danosas ao erário público ou à impessoalidade burocrática. Eles percebiam as indicações justificáveis pelas complexas regras de legitimidade que construía para si, como vimos. Para estes personagens, a proteção por parte do Estado, por meio de vínculos pessoais com seus agentes, era sustentada por vínculos de amizade (ainda que desiguais) e não nas categorias referidas acima, vinculadas a ideias de favorecimento por algo imerecido, do ponto de vista da igualdade de direitos e da isonomia.

Em seu conjunto, a proteção dos intermediários se revelou como mais um nível de mediação entre personagens que ocupavam espaços sociais diferentes, em busca de recursos públicos. É importante lembrar que não tratamos aqui de um gestor de recursos públicos como político profissional ou exercendo um cargo eletivo. Paulo de Frontin, no exercício da função de Diretor de obras, era quem exercia grande influência na distribuição de recursos públicos sem, com isso, atuar diretamente na política formal. Esta distinção é necessária porque mostra que estamos diante de um caso particular, no qual o problema da relação entre o público e o privado e dos compromissos políticos construídos, por meio da distribuição de recursos públicos, assumem características peculiares.

Como vimos, as trocas não obedeciam à lógica do “tomá-la-dá-cá” simplesmente; a solicitação de um recurso não consistia no puro cálculo da racionalidade econômica ou política, nas quais tudo possuía um valor monetário e que poderia ser negociado a qualquer momento. Entre as pessoas e as coisas trocadas criavam-se vínculos que davam a este tipo de práticas políticas características próprias. A solicitação de Paulo de Frontin para o atendimento de recurso público era da ordem de dádivas. Distintas entre si, os missivistas criavam legitimidades próprias para a obtenção de tais recursos. Pois, se as legitimidades de trocas desta natureza não eram únicas, o prestígio advindo destas relações era somente político e econômico?



Não é possível negar, entretanto, a existência da face material destas relações e suas implicações políticas e econômicas. Este prestígio advinha da capacidade social do indivíduo de possuir grupos de amigos diferenciados entre si (portanto, em posições diversas da sociedade) por meio de compromissos. Os quais constituíam a sua própria clientela e davam suporte para a expansão do seu próprio raio de influência. A dívida construída por meio da dádiva criava alianças duradouras porque consistia na obrigação moral de retribuição ao pleito que foi atendido. O único vestígio encontrado no arquivo de Paulo de Frontin do retorno material da dádiva foi o do presidente do Estado do Rio de Janeiro, em 1911. Abaixo, o trecho deste caso.

*[...] Tenho o prazer de accusar recebida a prezada carta de V. Ex.<sup>a</sup> de hontem datada, em que manifesta o desejo de ver nomeado o Dr. Cariolano Teixeira, Promotor Publico do Estado (...) Apesar dos innumeros pedidos que tenho recebido para esses cargos, fica desde já assentada a nomeação de seu candidato, **tal o empenho que faço em cumprir as ordens do meu illustre amigo, a quem devo os mais assignalados serviços** [...] Tudo que me determinar, será promptamente executado. Com o maior apreço, consideração e profundo reconhecimento, tenho a honra de subscrever-me [...] (grifo nosso) (BOTELHO, 1911)*

Este trecho da carta do governador fluminense foi a evidência de como os recursos materiais, construídos por meio de dádivas, retornavam. A retribuição esteve vinculada, em seu cerne, à noção de honra e também de crédito. A possibilidade da não retribuição à altura ou de não atender a uma demanda feita, tinha como sanção a demonstração de fraqueza. Por isto, embora tenham a aparência de grandes atos de generosidade pessoal, evidencia-se mais uma vez o caráter de rivalidade de trocas desta natureza. Na qual a impossibilidade de atender ou retribuir aos amigos poderia representar o seu esquecimento e até mesmo a sua morte política junto ao grupo. Esta dinâmica, no entanto, funcionava entre as amizades que tendiam à simetria de prestígios – políticos, engenheiros renomados, militares de altas patentes, magistrados, empresários, etc.

Já do ponto de vista do prestígio junto àqueles que reivindicavam uma relação de subalternidade em relação a Frontin, a retribuição era outra. Nestes casos, como vimos em seus rituais, o retorno da dádiva recebida estava, justamente, em reconhecer-se de antemão como inferior, como um cliente. É preciso destacar que, embora em suas



performances assumissem lugares subalternos, esta era também uma estratégia destes agentes verem suas demandas atendidas. Como retribuição estava o fato de manterem-se fieis e esta foi uma forma de vínculos, por exemplo, com os engenheiros e operários das obras empreendidas, como os trabalhadores da EFCB.

### **Considerações finais**

Na trajetória de vida de Paulo de Frontin, entre 1896 e 1914, houve momentos privilegiados para compreender uma forma específica de construção de clientela política na Capital Federal da virada do século XX. Foi possível evidenciar, ao longo deste trabalho, como redes de alianças foram tecidas por meio da gestão de recursos públicos. Uma forma de articulação política que não foi, puramente, o resultado da generosidade entre os seus pactuantes, como também não foi, somente, fruto de puro cálculo político (o “toma-lá-dá-cá”). Por meio da análise das correspondências recebidas por este personagem, é possível considerar que elas se constituíram em um espaço de trocas de dádivas entre “amigos” desiguais, no qual todos auferiam benefícios (materiais ou imateriais).

Paulo de Frontin se inseriu nos quadros do Estado, como “porta-voz” da engenharia e dos engenheiros, principalmente, como presidente do Clube de Engenharia. Durante o período em que ocupou cargos públicos, mas não apenas, construiu sua complexa rede de clientela que se estruturava por meio de “amigos” desiguais entre si. Entre eles, estavam desde as mais poderosas figuras da política republicana até parcelas mais pobres da população carioca. Esta foi uma forma de fazer política que lhe garantiu o papel de articulador estratégico e abriu-lhe caminhos para tornar-se, em fins da década de 1910, uma das principais forças políticas da cidade do Rio de Janeiro.

### **Fontes Primárias**



Carta de Américo Correia. Niterói: 08 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1288, Lata 069.

Carta de Arlindo de Oliveira. Distrito Federal: 19 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1292, Lata 138.

Carta do mestre de obras Antônio Joaquim Ramos. São João das Taboas: 11 jun. 1910. Arquivo Paulo de Frontin. Lata: 1293, pasta: 20.

Carta de Francisco Chaves de Oliveira Botelho. Distrito Federal: 24 jan 1911. Arquivo Privado Paulo de Frontin. Pasta: 1318, Lata: 007.

Carta de Visconde de Ouro Preto: Distrito Federal: 19 abr 1904. Arquivo Privado Paulo de Frontin, Pasta 1284, Lata 008.

### Referências bibliográficas

ATHAYDE, Raymundo de. **Paulo de Frontin: sua vida e obra**. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1961.

AUSTIN, J. L. **Quando Dizer é Fazer – Palavras e Ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados [online] . Rio de Janeiro, v. 40, n.2, 1997. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003> >.

\_\_\_\_\_. **Rui Barbosa e a Razão Clientelita**. Revista Dados. Rio de Janeiro. n.1.v.43,2000

CURY, Vânia Maria. **Engenheiros e Empresários: O Clube de Engenharia na Gestão de Paulo de Frontin (1903-1933)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2000 (Tese de Doutorado).

GRAZIANO, Luigi. **A conceptual framework for the study of clientelism**. In: *Internacional Political Science Review*, vol.4, n4, 1983.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974 [1924].



PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados...o jogo político na antiga Capital Federal**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973 [1903].

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. **Mediação e Metamorfose**. In: *Mana: estudos de antropologia social*. Vol. 2 (1), 1996, p. 82-84.